

A experiência comunicativa do movimento ambiental na esfera pública em rede

The communicative experience of the environmental movement in the networking public sphere

La experiencia comunicativa del movimiento ambiental en la esfera pública en red

Katarini Miguel

Jornalista, mestre em Comunicação pela Unesp/Bauru, doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.

Resumo

A proposta em questão é de um estudo que discuta a experiência comunicativa do movimento ambiental neste novo cenário que envolve redes sociais, blogs, fóruns de discussão, ativismo *online*, a partir de uma avaliação exploratória no portal do *Greenpeace* Brasil, buscando também compreender a reconfiguração da esfera pública neste contexto. Emerge um conceito de esfera pública em rede ou conectada que evidencia uma alternativa à discutibilidade, pode ampliar a participação e merece ser decifrado.

Palavras-chave: Comunicação, Esfera pública, Cibercultura, Movimento Ambiental

Abstract

The proposal in question is a study that discusses the communication experience of the environmental movement in a new scenario involving social networks, blogs, discussion forums, online activism, from an exploratory survey on the Greenpeace's website, understanding the reconfiguration of the public sphere in this context. Appears a new concept of a networking public sphere, that shows an alternative to discuss, can increase the participation and deserves to be deciphered.

Keywords: Communication; Public Sphere; Cyberculture; Environmental Movement

Resumen

La propuesta en cuestión es un estudio que analiza la experiencia de comunicación del movimiento ambientalista en este nuevo escenario que impliquen a redes sociales, blogs, foros de discusión, el activismo online, a partir de un estudio exploratorio en la página web de Greenpeace Brasil, tratando de entender la reconfiguración de la esfera pública en este contexto. Emerge un concepto de una esfera pública en red o conectada, que muestra una alternativa a discusión, puede aumentar la participación y merece ser descifrado

Palabras-claves: Comunicación; Esfera Pública; Cibercultura; Movimiento Ambiental

1 - INTRODUÇÃO

O cenário das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) subverte determinadas ordens, evidencia novas possibilidades, ressalta conflitos, convergências e confluências nas sociedades democráticas, principalmente, no que se refere às formas de comunicação e expressão. Neste contexto, coloca-se na mesma arena o movimento ambiental - que desde sua fundação mostrou caráter midiático, habilidade em se comunicar e difundir a problemática - e a esfera pública, instância na qual se forma a opinião, primordial para legitimar a questão ambiental.

O advento das tecnologias não só amplia os canais dos movimentos de valores, mas consegue dar espaço e vez para grupos específicos, através de uma comunicação que minimiza a constituição oligopólica das indústrias de comunicação, com novos meios, e sinaliza para um modelo mais democrático. Trata-se da emergência de agentes produtivos, que Castells (2003) denomina de “cidadãos intermediários” que não se encontram em uma dinâmica industrial de produção da informação, porém difundem conteúdo e conhecimento, sem regras ou controles formalizados, propiciando, inclusive, meios de participação, mobilização e debate público, com acesso democrático, ou pelo menos livre, às fontes de conhecimento e comunicação. É neste contexto que se prega não só a ampliação, mas até mesmo a redefinição do modelo de esfera pública na medida em que a sociedade pode não só adentrar indiretamente às discussões, mas encabeçar os próprios manifestos e reivindicações.

O movimento ambiental, por exemplo, protagonista de lutas por melhores condições de vida, apresenta-se como um efetivo produtor de conteúdo, pregando mobilização e interatividade na rede virtual, delineando novas práticas de comunicação e, conseqüentemente, de debate público, que ainda não foram estudados de forma sistemática, mas indicam a reconfiguração da esfera pública. Toffler (2005, p.421) acredita em uma terceira onda, título de sua obra profética, que desafia todas as velhas pressuposições, para apresentar novas relações geopolíticas, estilos de vida e modos de comunicação, proporcionados pela tecnologia. “As velhas limitações da comunicação não são mais obstáculo para a expansão da democracia direta. Avanços espetaculares na tecnologia de comunicações abrem pela primeira vez uma série de possibilidades para a participação direta do cidadão na tomada de decisões políticas”. Mas ele alerta que não basta a opção por alternativas previamente estabelecidas, é preciso que este espaço, de fato, proporcione a participação cidadã e a discussão com vistas ao consenso à verdade, estabelecendo uma esfera pública legítima, ainda que reformulada.

São justamente estas ponderações que se pretende fazer neste trabalho, a partir de um exemplo prático, considerando a experiência comunicativa virtual da ONG *Greenpeace*, para entender, ainda que preliminarmente, como se processa a informação e o debate nesse cenário, que vem delineando uma noção de esfera pública conectada, onde o debate entre iguais, o consenso, a mediação entre sociedade civil e Estado já não procedem linearmente, mas, sim, por meio de grupos que defendem interesses específicos e a partir de estratégias de comunicação e mobilização *online*. Se, por um lado, pode ampliar e facilitar a participação, por outro, a efemeridade, as limitações de acesso e a fragmentação da comunicação em rede colocam em xeque a viabilidade desta nova esfera pública.

Para o desenvolvimento da proposta, buscou-se como aporte teórico autores com perspectivas multiculturais da comunicação, e ou que pensam a partir de uma sociedade que vem se configurando em rede, tais como Castells (2000), Levy (1999), Wolton (2007), para entender os impactos das TICs e a emergência de uma cibercultura específica, focalizando o movimento ambiental como fenômeno da modernidade e um dos precursores na comunicação virtual. Em um segundo momento, buscou-se definir a esfera pública, resumidamente, do seu conceito original de Habermas, amparando-se na interpretação de Gomes (2008) que comprova a transformação do modelo da esfera pública ideal para o domínio dos veículos de comunicação, na década de 1960. Por fim, entrou-se nas propostas da esfera pública conectada ou em rede, a partir das definições de Benkler (2006), Castells (2008) e Amadeu (2008), vislumbrando suas possibilidades objetivas.

Vale ressaltar que não se propõe aqui um modelo metodológico fechado, mas entender um fenômeno à luz de um exemplo específico, dialogando com o objeto de estudo - a cibercultura ambientalista - no seu eixo das ferramentas de mobilização, discussão, debates, isto é, em espaços pertinentes à investigação. Assim, ao longo do trabalho, conforme serão discutidos e apresentados os conceitos teóricos, a proposta será confrontar com a base empírica, no sentido exploratório, para entender, ainda que preliminarmente, como se configura a esfera pública na prática em rede.

2 - MOVIMENTO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS TICs E DA CIBERCULTURA

Os movimentos ambientais emergiram e se consolidaram na modernidade. Os antecedentes das ideias ecológicas remontam ao século XIX, mas os conceitos só começam a emergir no significativo contexto da pós 2ª Guerra Mundial, entre os anos 1950 e 1960 sob a ótica das críticas contundentes contra a industrialização, a superexploração dos recursos naturais e a conseqüente iminência de desastres ambientais. O *Greenpeace*, caracterizado por suas ações estratégicas e amplos protestos para mobilizar a opinião pública, surgiu justamente neste contexto, em 1971, com uma ação globalizada de ativismo ambiental, reunindo manifestantes de diferentes países, contra o teste nuclear em uma ilha no Canadá e ganhou bases praticamente por todo o globo, presente em 40 países (HYPERLINK “<http://www.Greenpeace.org/internacional>” www.Greenpeace.org/internacional).

Na opinião de Castells (2000), avaliando a produtividade histórica dos movimentos sociais, por seu impacto em valores culturais, o movimento ambiental foi o que adquiriu o maior destaque, devido a sua capacidade de se comunicar e por ter transpassado diversos setores da sociedade, atingindo plataformas políticas e empresariais. O autor define o ambientalismo como formas de comportamento coletivo que atuam no discurso e na prática para corrigir formas destrutivas de relacionamento entre homem e seu ambiente natural, mas com concepções diversas.

Com a consolidação do ambientalismo, reconhecimento público e agregação da diversidade multiplicaram-se os canais de acesso a informações, especialmente através das TICs, o que se configura como estratégico para o movimento ambiental. E mais que isso. O crescimento em número e tamanho das ONGs, o ganho em visibilidade e legitimidade, possibilitou a articulação, formação de redes e outras dinâmicas organizacionais para trocar informações, dividir tarefas e ampliar o alcance das iniciativas. Castells (2000) considera a Internet a ferramenta de comunicação essencial para organizar e mobilizar o movimento ambientalista em

todo o mundo. Por meio da Internet, o movimento se organiza, marca encontros, aprova moções, organiza conferências e manifestações. O surgimento da Internet, no final de década de 1960, coincidiu com a formação dos movimentos ambientalistas, que posteriormente buscaram nesse instrumento um espaço de reivindicações. Vale considerar ainda que movimentos de valores, como os ambientais, dependem da capacidade de comunicação para conseguir recrutar apoio à causa e legitimar sua existência. O *Greenpeace* é um exemplo da apropriação das TICs para expandir fronteiras. Conta com 33 portais eletrônicos institucionais representando 40 diferentes países, sem contar os blogs e redes sociais que mantém em cada país onde tem sede para fomentar a comunicação e proliferação de conteúdo. O trabalho em rede permite que as campanhas da ONG, além do vínculo local, também possam ser desenvolvidas globalmente de forma integrada, o que dá mais força e validade ao movimento, permite ampliar as discussões, como prevê Castells (2008), para formação de uma esfera pública global.

O ambientalismo, já consolidado em bases científicas e tecnológicas, encontra na Internet um ambiente descentralizado, dinâmico, de alcance irrestrito, sem altos custos, e que auxilia a comunicação, tanto entre o próprio movimento, como entre seus públicos, e vai além. Partidos, sindicatos, organizações não governamentais e até grupos guerrilheiros, ainda que eventualmente separados por estratégias e táticas de ação, descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações, de maneira irrestrita.

As páginas da *web* proporcionam intenso e aberto processo de socialização política e ideológica e conseqüente agregação de conhecimento. Muitos dos internautas têm a rede hoje como parte de suas experiências cotidianas e nela podem estabelecer, expandir, modificar seus vínculos sociais ou estabelecer participação. Já Sodré (2002) pondera que as transformações tecnológicas da comunicação e informação mostram-se, muitas vezes, conservadoras das velhas estruturas de poder, embora possam agilizar sobremaneira a questão do tempo, espaço e do compartilhamento. Surge uma nova consciência coletiva, com um modo específico de produzir efeitos - pontos que precisam ser observados em uma perspectiva das tecnologias como dispositivos geradores de real, como coloca Sodré (2002). O autor constata a tendência de o ativismo contemporâneo aliar participação social com interatividade midiática em uma rede técnica de ação direta, que torna a comunicação como agente produtor do acontecimento ativista, e não mais como mero produto. No entanto, a mesma fórmula que angaria adesões, mostra que os atores públicos agora saem da prática concreta da política para o que Sodré denomina como *performance* imagística. O que está em cena é mais a performatividade midiática do que o conteúdo programático ou a proposta política em questão.

Não obstante, nota-se, neste ativismo em rede, uma nova narrativa de relações de poder que pode minimizar hierarquias institucionais e priorizar a cooperação sobre a competição, além de transformar questões organizacionais e políticas, por meio de modelos comunicativos diferenciados, colaborativos e ainda assim estratégicos para ampliar as discussões, como são os casos do próprio portal do *Greenpeace*, assim como o blog e as redes sociais, que disponibilizam formas de compartilhamento, participação e adesão à luta ambiental, ainda que se possa questionar a efetividade presencial das práticas virtuais.

A mobilização, participação, comunicação em rede, composições de diferentes mídias são componentes da denominada cibercultura entendida por Levy (1999) como um valor de desenvolvimento e apoderamento social. Para o mesmo autor, a cibercultura expressa o surgimento de um novo universal e abrange o conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, modos de pensamento, de valores e manifestações que se desenvolvem no âmbito do ciberespaço. Sendo este último definido como um novo meio de comunicação propiciado pela interconexão mundial dos computadores, englobando a infraestrutura material da comunicação digital e também “o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”(LEVY, 1999, p.17).

Amadeu e Pretto (2008, p.11) avaliam como uma cultura da contemporaneidade, do compartilhamento, do conhecimento, e de tantas denominações, que abrigam pequenas totalidades, mas sem pretensão ao universal, “os vários movimentos e as mobilizações tecnoartísticas e ciberculturais dependem e recriam-se na própria diversidade”.

O fato é que nascem com a rede diferentes ciberculturas, no âmbito do ciberespaço, centradas em uma comunicação não necessariamente midiática, mas interativa, comunitária, transversal e rizomática, que engloba diferentes culturas, infraestrutura material e simbólica, além de toda a diversidade e pluralidade que o conceito pressupõe. E assim configura-se a cibercultura ambiental, que deve ser compreendida não só no nível técnico e contextual das TICs, mas como propulsora de comunicação diferenciada, de um novo espaço de possibilidades, de discussão, de esfera pública - lembra Mattelart (2006) - em que as formas de resistência, como os movimentos presenciais da sociedade civil organizada, se misturam com as formas inéditas, proporcionadas pela rede, como é o caso do ciberativismo, um dos elementos que caracterizam a cibercultura ambiental. Trata-se de um ativismo *online* que se estabelece como uma tática de luta que dispensa líderes e porta-vozes, organiza-se de forma horizontal, em torno de um objetivo, uma finalidade, tendo no espaço sem fronteiras da internet, com auxílio das ferramentas das TICs, o instrumento para reivindicação, mobilização de diferentes públicos interessados em uma temática em comum, que pode se esgotar no espaço virtual ou partir para uma ação presencial. No caso do ciberativismo do *Greenpeace*, há uma seção específica no site e, segundo dados da própria organização, só no Brasil são 310 mil ciberativistas cadastrados. A ferramenta, disponível em HYPERLINK “<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Ciberativista/>” www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Ciberativista/, promete tornar o usuário um ativista virtual das causas ambientais, assinando petições e manifestos. Uma das campanhas observadas durante a elaboração do presente estudo foi “Não condenem nossos ativistas”, que solicitava a absolvição de quatro manifestantes que foram presos por furar bloqueio da polícia da Dinamarca durante a reunião sobre Mudanças Climáticas. A carta é escrita em português e endereçada ao embaixador e cônsul daquele país. Basta preencher os dados pessoais e enviar diretamente do portal. Vale ressaltar o caráter internacional da manifestação presentes nos portais da ONG de diferentes nacionalidades e a forte tendência de as mobilizações serem presenciais e virtuais, ou seja, inter cruzarem-se dependendo do interesse.

Mas não convém o pensamento único da comunicação virtual como criadora de solidariedades horizontais e substituta direta das representações políticas. A rede de computadores oferece, sim, espaços para que as organizações possam aprofundar sua própria identidade entre os membros e serem reconhecidas como parte atuante do processo de integração virtual, expondo preocupações, solicitações e iniciativas da sociedade, mas também podem reforçar padrões dominantes. Um campo de embates que tanto pode ser de interação, contraste, competência, conflito como de exercício político. É justamente este conflito que se está decifrando por meio da experiência virtual de grupos organizados, como é o caso do ambiental, que se utilizam das TICs para proporcionar (ou não) o debate e remodelar, ao menos conceitualmente, a noção de esfera pública. Antes disso, porém, será preciso resgatar o conceito original e a trajetória da esfera pública enquanto segmento de noções.

3 - ESFERA PÚBLICA: TRAJETÓRIA E REESTRUTURAÇÃO

A esfera pública como conceito compactado por Habermas se estabelece, como lembra Freitag e Rouanet (2001), na instância na qual se forma a opinião, a partir da atuação de atores públicos e privados. Mas se em seu embrião a esfera pública sustentava a veia crítica em relação ao poder, não tardou a ser refuncionalizada para dar aceitação à estrutura política dominante.

Gomes (2008) traça uma perspectiva histórica, consoante Habermas, para compreender os momentos de ressignificação da esfera pública, sendo a primeira delas, a Grega, que originou os espaços para discussão, acalentados na figura da *Ágora*. Na sociedade burguesa, a esfera pública ganha caráter autônomo - já que a sociedade civil, emancipada do Estado, passou a adentrar as discussões e assuntos considerados privados, como o econômico - e relevância coletiva e patente. A esfera pública começa se desenhar na modernidade como lugar em que sujeitos contrapõem argumentações para chegar ao esclarecimento em torno de uma questão, ou seja, discutir em sociedade com fins públicos. Indo além, em conformidade com o padrão ideológico, Gomes (2008, p.35) reforça que se trata do "âmbito da vida social que se materializa - em várias arenas, por vários instrumentos e em torno de variados objetos de interesse específicos - numa discussão constante entre pessoas privadas em público". Pressupõe-se ainda uma mediação racional para equilibrar os posicionamentos sem permitir uma mera competição verbal, uma vez que aqueles que discutem devem empregar argumentos dispostos em posições e contraposições voltados para a obtenção de um consenso possível. Freitag e Rouanet (2001) acordam que, no discurso, o único motivo admitido deveria ser a busca cooperativa da verdade, com possibilidades idênticas de argumentação entre os pares. Em suma, a esfera pública, segundo Gomes (2008), deve ser um domínio da vida social protegido de influências de poder, dinheiro ou hierarquias sociais. O argumento é que deve ser impor. Mas este modelo, como o próprio Habermas reconhece com veemência na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984) e Gomes reitera, passou a não ser possível em sociedades dominadas pelos meios de comunicação de massa, em que foram

introduzidas mudanças que não deixaram incólume a proposta original da esfera pública. A influência foi direta, principalmente, lembra Gomes (2008), por conta do vínculo que a mídia estabelece com o público, agindo como intermediadora do raciocínio de pessoas privadas e criando a espécie de um fórum público, substituindo os salões e comunidades de comensais que até o século XVII eram lembrados como espaços determinantes da discussão.

Neste contexto, Gomes (2008, p.46) acredita que se formou uma “pseudo-esfera pública, encenada, fictícia, cuja característica maior parece consistir em ser dominada pela comunicação e pela cultura de massas”. Além de se diluírem os contornos entre público e privado, entre sociedade civil e Estado, também se perderam os princípios da argumentação, mediação, consenso, uma vez que na esfera dos meios de comunicação de massa não há mais preocupação com a discutibilidade e racionalidade, mas com a visibilidade. Interesses privados ganham configuração política, e o público não mais é o legitimador das decisões, apenas cumpre um papel.

A função de decisão e escolha, que em última instância compete ao público por obrigação democrática, cumpre-se apenas de forma plebiscitária, isto é mediante uma decisão sem discussão em que à coletividade compete apenas realizar uma escolha num conjunto reduzido e pré-estabelecido de alternativas (GOMES, 2008, p.48).

Para ele, a discursividade toma o centro, pois não é mais preciso argumentação e sim uma posição que garanta a adesão do público. A imprensa atua, portanto, no sentido de colocar em público o que convém para obter o assentimento dos privados, a simpatia, a boa vontade, com estratégias menos racionais e mais emocionais ou mesmo sedutoras.

Pode-se ter, como propõe o modelo habermasiano, uma opinião partilhada por um grande número de pessoas, mas que não deve ser legitimada enquanto pública, pois a encenação suplantou a discussão. A concepção da vida democrática é reduzida a regra da maioria, perde-se a proposta fundamental da argumentação dos pontos de vista para encontrar o consenso, tomar decisões e compatibilizar divergências no interior de uma comunidade política. Trata-se de uma exibição midiática que precisa da concordância plebiscitária do público (HABERMAS, 1984, GOMES, 2008).

Mas o sistema de representatividade ganha novos contornos no momento tecnológico, que foram adiantados por Toffler (2005), colocando em xeque a regra da maioria. O que se forma no ciberespaço, por exemplo, é uma sociedade de minorias que defende interesses legítimos, pauta questões políticas importantes, mas que raramente irá atender ao consenso. Toffler acredita que as minorias mostram poder estratégico e precisam ter seu papel fortalecido e valorizado no sentido substancial da discussão, argumentação, deixando para o segundo plano a questão da quantidade. É justamente o que acontece no movimento ambiental e em outros movimentos que utilizam as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) para segmentação de interesses, para abrir possibilidades de debates específicos,

configurando uma esfera pública em rede. Quem intervém nesse espaço é menos o indivíduo privado que age individualmente e mais um público de organizações ou pessoas interessadas em determinado tipo de discussão.

No caso específico do portal do *Greenpeace*, as informações sobre as problemáticas ambientais são disponibilizadas, existem as práticas comunicativas para atrair seguidores, espaços para discussão, mas que são subutilizados e apresentam semelhanças com a esfera pública dominada pelos meios de comunicação. O canal de comunicação direto entre a organização e seus públicos, por exemplo, se dá por meio de contato de *e-mail* ou sistema de comentários para os previamente cadastrados, com publicação de opiniões isoladas, sem um fio condutor entre os assuntos, sem a total abertura para opiniões e manifestações. A ferramenta Ciberativismo é restrita a referendar documentos e petições formuladas pelo movimento, e ainda com forte tendência plebiscitária, uma vez que a ênfase é dada na quantidade de assinaturas que conseguiram para cada determinada causa, e não no teor de cada documento e na discussão deste. Em chamadas como “Você já assinou nossas petições hoje?”, nota-se a linguagem atrativa, persuasiva ainda citando nominalmente quem já assinou a petição. Nota-se, no entanto, que as possibilidades de discussões são maiores em redes sociais, como é o caso do *facebook*, que apresenta uma dinâmica mais livre para comentários.

Vale ressaltar que são espaços de comunicação e mobilização ainda a explorar, que apresentam configurações e possibilidades que tanto podem evidenciar a proposta de uma esfera pública legítima como reiterar aquela pseudo-esfera praticada no contexto dos meios de comunicação, ou podem ainda apresentar uma alternativa ao debate na medida em que colocam assuntos públicos e de interesse geral a serem discutidos em um âmbito, teoricamente, livre, sinalizando para uma esfera pública em rede.

4 - ESFERA PÚBLICA EM REDE E NA REDE

As Tecnologias da Informação e Comunicação vem propiciando espaços de visibilidade, discussão, interesse público que reconfiguram a esfera pública, dando espaço para diferentes públicos e movimentos, como é o caso do ambiental. Castells (2008) acredita que, salvaguardada a importância ainda dos meios tradicionais, a internet e as redes horizontais de comunicação passaram a desempenhar um papel decisivo, por sua própria estrutura, facilitando a composição de uma esfera pública global, na medida em que é constituída em canais de comunicação mundiais, que ele denomina como espaços de comunicação multimodal. E neste contexto, as organizações da sociedade civil ganham visibilidade ao utilizar com propriedade as ferramentas, em um momento em que os governos não respondem aos desafios colocados pela globalização e transformação estrutural e enfrentam crises que ele elenca como sendo de eficiência, legitimidade, ubiquidade e identidade. As organizações podem responder melhor as mudanças, entre outras coisas, porque são mais práticas, atendem melhor a objetivos específicos, atuam em áreas vulneráveis, sabem se comunicar e, com

isso, não só ganham legitimidade como também doações, parcerias e voluntários. Tem-se aí uma esfera re-politizada que não tem como centro a questão do público e do privado, mas a intervenção de instituições que respondem pelo público, como associações privadas coletivamente organizadas (HABERMAS, 1984)

Para Amadeu (2008), por exemplo, as TICs ampliam os espaços democráticos da crítica, da criação cultural e da diversidade, e oferecem elementos para uma esfera pública interconectada, com um potencial mais democrático do que aquela dominada pelos meios de comunicação tradicionais. E apesar dos conglomerados de comunicação que ainda dominam a mídia convencional e mostram-se fortes também no ciberespaço, na rede as limitações para distribuir mensagens, elaborar páginas eletrônicas, propagar informações, criar produtos são menores. A consequência dessas possibilidades em rede, coloca o autor (2008, p.35), é que “aumenta a descentralização da comunicação e viabiliza novos tipos de mobilizações na esfera pública, impossíveis no ambiente de comunicação analógica e unidirecional”. Além disso, Amadeu lembra que a própria infraestrutura da internet, fundamentalmente inacabada, livre, distribuída e a baixo custo, com regras e protocolos que podem ser desenvolvidos abertos, colaborativamente, como uma obra de inteligência coletiva, reconfigurável e recombinante, ainda em plena expansão, recompõe também o segmento de noções da esfera pública na contemporaneidade.

Benkler (2006) faz a mesma reflexão e acredita que a emergência de uma esfera pública em rede ou conectada vem possibilitando uma aderência maior na medida em que dá mais abertura à participação do cidadão, que deixa de ser um mero leitor ou receptor para se tornar até mesmo um proponente de discussões públicas. A própria arquitetura da rede permite acesso, com alcance imensurável, possibilidade de intervenção nas redes, agora sob a chancela não apenas da participação, mas da interatividade. Superada as limitações do acesso e da habilidade com a ferramentas, que são pontos que Benkler não esquece, porém minimiza, a entrada na esfera pública não fica mais reservada aos donos de meios de produção e ou seus funcionários, e indica uma possibilidade mais democrática.

Entre os dispositivos que compõem a esfera em rede, Benkler (2006) enumera a troca de *e-mails*, as listas de discussões através de correios eletrônicos, as próprias páginas da internet como desenvolvedoras de plataformas diferenciadas que vão desde o texto fixo a blogs, vídeos, *chats*, e inclui as redes sociais, com interfaces de fácil utilização, atualizável e sem restrições, permitindo que indivíduos e pequenos grupos tenham tanto ou mais espaço que governos e empresas. O movimento ambiental, representado no portal do *Greenpeace*, é um terreno multimidiático que disponibiliza diferentes veículos de comunicação - textos, notícias, fotos, vídeos, documentários, além das ferramentas virtuais, blogs e redes sociais, que colocam a organização em evidência e multiplica o acesso à comunicação e à informação. Há seções fixas como

“Quem somos”, “O que fazemos”, “Participe” e “Blog” e um ícone específico de “Multimídia”, que mostra a variedade de ferramentas. O usuário/organização é livre para sua própria produção: é ele o produtor, editor, divulgador, é quem define a periodicidade, a linguagem, o conteúdo, pode iniciar e terminar discussões, manifestações, atuar de forma colaborativa, compartilhar conhecimentos e informações. Mudanças que ameaçam o poder da mídia tradicional e sua centralidade na composição da esfera pública.

Há ainda no modelo em rede o papel do mediador, como propõe a esfera pública ideal, daquele que deve atuar para chegar ao consenso entre as partes, fomentando a discussão. Portanto, deve ir além da técnica. “A esfera pública em rede não é feita de ferramentas, mas de práticas de produção social que essas ferramentas permitem” (BENKLER, 2006, p.219, tradução livre). Mas é importante avaliar se esta mediação funciona para estruturar o debate ou meramente como um filtro das mensagens. No blog do *Greenpeace*, em que as discussões são mais abertas e existe mais proximidade para intervenções e opiniões, nota-se comentários isolados, que não indicam uma seleção ou filtragem, porque opiniões, mesmo fora do contexto, são publicadas. Mas também não se observa uma interferência para promover o debate e as participações, que, apesar de facilitadas e incitadas, não são significativas. Coloca-se aqui a questão das mediações, da identificação ou mesmo da disposição dos usuários para adentrar as discussões. O curioso é que nas redes sociais há mais participação e engajamento: um mesmo *post* que no blog do *Greenpeace* contou com três comentários, na página da ONG no *facebook* foram 32. A constatação pode evidenciar um maior potencial de discutibilidade no formato aberto da rede social.

O fato é que a comunicação em rede proporciona que diferentes atores discutam por uma causa única ou diferenciada, que pode ficar limitada no ambiente *online* ou suscitar planejamento para a ação política a margem dos meios tradicionais, desempenhando um papel voltado para o interesse público, formulação de propostas e até derrubada de regimes políticos, haja vista os movimentos diaspóricos no norte da África e as mobilizações em praças públicas na Espanha e nos Estados Unidos, iniciados e consolidados pelas redes digitais apenas no ano de 2011. Além disso, Benkler (2006) avalia que a esfera pública em rede não depende da publicidade ou de concentrar esforços para conquistar grandes audiências, mas o que vem tomando forma nesta reconfiguração é o engajamento de participantes defendendo interesses específicos ao invés de espectadores passivos.

Mas vale ressaltar aqui, como o próprio Benkler (2006) faz, que apesar da proposta de democratização ser superior no ambiente em rede, se comparada com os veículos de comunicação convencionais, por apresentar mais ferramentas e propiciar a participação, os graus de engajamento variam conforme a cultura, o acesso ao conhecimento, as habilidades e a própria disposição dos usuários já mencionada. Outra crítica constante ao modelo em rede refere-se à questão da quantidade de informações, que acaba por fragmentar a atenção e os discursos, sem uma mídia para condensar os assuntos. Além disso,

é significativa a tendência à polarização uma vez que a rede pode reforçar a comunicação entre iguais, o extremismo de opiniões, sem dar margem para informações contrárias. Benkler (2006) vê como problemas a serem superados, mas alerta que a proposta de esfera pública em rede ainda oferece vantagens se comparada àquela dominada pelos meios de comunicação de massa, e não frente a uma proposta utópica de democracia ainda não alcançada. Também pode ficar distante do ideal pregado por Habermas, mas carrega reminiscências no sentido de ser um cenário para novos atores discutirem questões públicas, buscando, se não o consenso, no sentido estrito da palavra, aos menos a difusão de opiniões e a prevalência entre elas.

Tem-se aqui o que se ousa denominar, com o auxílio dos autores visitados, enquanto esferas específicas, com nova hierarquia, produtores e participantes que formam pequenos grupos ou comunidades de interesse que discutem determinadas questões, por um espaço de tempo, com graus variados de eficácia, e que podem ou não significar momentos de esferas públicas autênticas. Vale lembrar que Habermas (1984) alertou para a existência de esferas públicas temporárias, que geram um clima de opinião e não efetiva participação, atendendo a interesses privados, muitas vezes coercitivos.

No movimento ambiental, por exemplo, há ocasiões de forte discutibilidade como foi o caso da reforma do Código Florestal, em que o *Greenpeace* - e não foi o único - realizou uma série de manifestações contra as alterações polêmicas, criou vídeos explicativos, com entrevistas, desenhos animados, atualizou redes sociais, elaborou e encaminhou manifestos para pressionar o governo. As alterações foram aprovadas na Câmara à revelia do movimento, mas não sem antes serem adiadas por duas vezes, e com os manifestantes em alerta, pressionando para que as emendas consideradas problemáticas pelos ambientalistas sejam vetadas no senado. Em um caso mais recente, a ONG coloca em pauta a construção da Angra 3, informando que o Brasil pretende gastar mais de R\$ 9 bilhões com uma energia insegura e perigosa, e encabeça uma campanha contra o investimento, inclusive, com o ciberativismo para pressionar o governo brasileiro. Na rede social *facebook*, o tópico mereceu 22 comentários, aparentemente livres, até com opiniões favoráveis à usina nuclear.

Nota-se que a própria topologia da rede permite rápida emergência de um assunto, opiniões imediatas, centralização de assuntos diversos. Para se ter uma ideia, a ONG coloca na rede social pelo menos dois assuntos por dia, assim como o blog e o portal, que são atualizados constantemente. O microblog *twitter* já chegou a ter 23 atualizações diárias no dia em que a Comissão Especial da Câmara discutiu a reforma do Código Florestal. Embora haja enorme diversidade na internet, Benkler (2006) observa que há também mecanismos e práticas que geram um conjunto comum de temas, preocupações e de conhecimento público em torno do qual uma esfera pública pode surgir e se destacar, como foi o caso do Código Florestal.

Evidencia-se de uma esfera pública mais atraente do que a controlada pelos meios de comunicação de massa e mais livre. Benkler (2006) levanta outra vantagem que é dificuldade em controlar a profusão de informações, o alcance irrestrito, que desfavorece países autoritários que antes controlavam facilmente os meios de comunicação. Para ele, as mudanças são latentes e focalizam pontos positivos para a sociedade. “Estamos testemunhando uma mudança fundamental na forma como os indivíduos podem interagir com a democracia e experimentar o papel de cidadãos (...) Eles não precisam mais se limitar a ouvir a opinião formulada em âmbito privado, mas podem participar, mudando o relacionamento com a esfera pública” (BENKLER, 2006, p.56, tradução livre).

5 - ARREIMATE: AS POSSIBILIDADES E AS FRAGILIDADES DA ESFERA PÚBLICA EM REDE

O presente trabalho buscou discutir as possibilidades de esfera pública na sociedade contemporânea, tendo como base o movimento ambiental, e ilustrou o fenômeno com exemplos que puderam levantar questionamentos, hipóteses, avaliar tendências, fragilidades, centradas nas características do modelo em rede, na esfera pública da cibercultura ambientalista, sugerindo aqui um novo termo. Um terreno conceitual, no mínimo, frágil, por se tratar de concepções ainda em formação, mas que precisa ser desvendado. Entendendo, portanto, cibercultura ambiental como a totalidade comunicativa em rede, produzida pelo movimento ambiental, e tendo em mente a multiplicidade dos significados concorrentes do conceito de esfera pública em diferentes momentos históricos (HABERMAS, 1984), a proposta foi averiguar estes modelos e identificar pistas que permitissem algumas considerações, ainda que iniciais.

Neste sentido, notou-se que a esfera pública em rede, aquela provável na cibercultura, apresenta novas possibilidades, mais abertura para que públicos variados possam intervir, comentar, encabeçar movimentos, mas está presa não tanto na questão do acesso ou da fragmentação da informação, mas sim na própria falta de habilidade ou discussão em adentrar, fomentar, participar de uma discussão. Há proximidade também com o modelo da esfera dominada pelos veículos de comunicação, uma vez que a tendência plebiscitária é forte no portal da ONG, especialmente, na ferramenta ciberativista que valoriza a quantidade de participações, a linguagem atrativa para ganhar seguidores, apoiadores e não tanto a problemática ambiental em questão. O que ganha destaque, corroborando aqui Sodré (2006) e o próprio Gomes (2008), quando cita a pseudo-esfera pública midiática, é mais a performatividade midiática do que a proposta política em questão.

Mas o espaço existe e é certo que é utilizado com propriedade. Reafirma-se aqui as ocasiões de esfera pública autênticas, momentos em que é possível atingir a discutibilidade, de acordo com interesses específicos, em grupos determinados, atendendo a uma dinâmica da sociedade em rede que se mostra cada vez mais rápida, objetiva, prática, quando não efêmera. As vantagens não podem ser minimizadas. A cibercultura ambientalista atende as demandas por ser ágil,

instantânea, livre de formalidades, atraente, que proporciona participação. Além disso, pode também encorajar relacionamentos independentes de locais geográficos ou coincidência de tempo, o que facilita a comunicação das organizações, que através das ferramentas da cibercultura tornam-se cada vez menos dependentes de espaços físicos e horários marcados para debates e mobilizações, por exemplo.

É um momento diferenciado que precisa de mais estudo e não pode ser avaliado na proposta utópica da democracia, mas em bases possíveis e praticáveis de esfera pública contemporânea. Pode-se adiantar, no entanto, que se apresenta como um espaço legítimo, mas ainda subutilizado pelos usuários e produtores. O que aparentemente caracteriza esta esfera pública em rede não é mais o consenso, mas a profusão de ideias, não a mediação/interferência, mas a liberdade de expressão, a pluralidade de opiniões. O público e o privado se encontram e formam um terreno híbrido de possibilidades e fragilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEU, S. PRETO, N. (orgs) Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador, BA: EDUFBA, 2008

BENKLER, Y. The Wealth of Networks. How Social Production Transforms Markets and Freedom. Yale University press: New haven and London, 2006. Disponível em: HYPERLINK “<http://www.benkler.org/>”www.benkler.org Acesso em: 14JUN2011 CASTELLS, M. O poder da identidade. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: D. de MORAES (org.), Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro, Record, 2003, p. 255-288.

CASTELLS, M. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science 2008 616: 78. Disponível em: HYPERLINK “<http://ann.sagepub.com/content/616/1/78>.Acesso”<http://ann.sagepub.com/content/616/1/78>. Acesso em: 14 JUN2011.

FREITAG, B. ROUANET, S.P. Habermas. São Paulo: Ática, 2001. (Coleção grandes Cientistas Sociais)

GOMES, W. Esfera pública política e comunicação em mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W e MAIA, R.C.M. Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008 (coleção Comunicação), p.30-68.

GREENPEACE BRASIL. Home-page oficial. Disponível em: HYPERLINK “<http://www.greenpeace.org/brasil>” <http://www.greenpeace.org/brasil>.

HABERMAS, J. Mudança Estrutural na Esfera Pública. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.

LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. (Tradução de Carlos Irineu da Costa).

MATTELART, A. História da sociedade da informação. São Paulo: Loyola, 2006.

SODRÉ, M. Antropológica do espelho. Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TAVOLARO, S, B, F. Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2001.

TOFLER, A. A terceira onda. Rio de Janeiro: Record, 2005, 28 ed. (Tradução de João Távora).

WOLTON, D. Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. (Coleção Cibercultura).